



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Residencial e Atividades Econômicas Tamboré Americana”, realizada na cidade de Americana/SP.

Realizou-se, no dia 12 de novembro de 2015, às 17 horas, no Teatro de Arena Elis Regina/SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Residencial e Atividades Econômicas Tamboré Americana”, de responsabilidade de BRNZ Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Processo 278/2010). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Patrícia Iglecias, saudava e dava boas vindas a todos os presentes. Declarou também que tem a função regimental de coordenar audiências públicas e que iria cumprir as normas que constam da Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011, que dispõe sobre as regras para a solicitação, convocação e realização de Audiências Públicas. Informou que o CONSEMA tem a atribuição, pela lei, de coordenar as Audiências Públicas sobre empreendimentos que causem significativo impacto ambiental; e também sobre a implantação de Unidades de Conservação de Parques Estaduais, Reservas, assim como a mudança de categoria de uma Unidade de Conservação, Zoneamento Ecológico Econômico e de quaisquer atividades ambientais, desde que a legislação assim exija. Informou que a mesa diretora dos trabalhos seria composta por ela, Secretária-Executiva Adjunta do Consema, e por um representante da CETESB, o órgão licenciador, por isso convidava, para compor a mesa junto com ela, a geógrafa Viviane Kondratiuk, que é Gerente de Setor de Avaliação de Empreendimentos Urbanísticos e de Lazer.

Cecília Martins Pinto esclareceu ainda que o objetivo daquela Audiência Pública seria informar a população acerca daquele empreendimento e também de ouvir a opinião pública a respeito. Esclareceu que para a análise da CETESB, que é o órgão licenciador, iriam reunir, nessa audiência, subsídios para que a análise fosse feita o mais criteriosamente possível. Enfatizou que o objetivo da audiência pública é realmente a participação daqueles que ali vieram; tanto das pessoas que tem interesse porque serão diretamente afetadas pelo empreendimento, como daqueles que ali estavam para ouvir e conhecer as explicações acerca daquela obra. Ressaltou ainda que quem não quisesse se manifestar naquele momento poderá fazê-lo por escrito no prazo regimental de até 05 (cinco) dias úteis, após a realização daquela audiência. Pediu ainda que as pessoas que desejassem fazer uso da palavra, e ainda não estavam inscritas, que fossem até a mesa de recepção do auditório dar o seu nome, pois no momento oportuno será chamada de acordo com o segmento a que pertence.

Esclareceu que a Audiência Pública acontecerá em três grandes blocos. No primeiro bloco serão ouvidas as exposições, onde, em primeiro lugar o empreendedor ou seu representante apresentará seu projeto, qual o objetivo, qual a dimensão, o que pretende aferir com ele, tanto em termos financeiros como em termos sociais - benefícios para o município. Depois o responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental, representando a consultoria que fez todo o estudo irá expor, em detalhes, quais as técnicas, a tecnologia, as pesquisas realizadas para conclusão do estudo. Apontará os significativos impactos ambientais, tanto os positivos como os negativos; e para os negativos, indicará quais as medidas de mitigação e de redução desses impactos.

Esclareceu também que, depois dessas apresentações, passaremos para um segundo bloco onde farão uso da palavra os representantes do Ministério Público, das Organizações da Sociedade Civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que se manifestarão em seu próprio nome, ou seja, que não representam nenhum órgão oficial, nenhuma entidade, mas que têm interesse no empreendimento; por representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que estiverem presentes;

Página 1 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representantes do Poder Legislativo, e em seguida, aqueles que representam o Poder Executivo, que terão também, até cinco minutos para sua intervenção. Dessa forma conclui-se o segundo bloco e passa-se imediatamente para o terceiro, onde serão ouvidas as réplicas, as respostas aos questionamentos que forem feitos durante essa audiência.

Dando início então à primeira parte da audiência, **Cecília Martins Pinto**, convida a senhora Adriana Henriques Pusch, representante da Tamboré, para sua apresentação.

Adriana Henriques Pusch cumprimentou e agradeceu a todos os presentes pela oportunidade de, pela primeira vez, apresentar o produto que é a marca Tamboré para o público de Americana. Disse ter tido a oportunidade de conversar com várias pessoas que ali estavam e que estaria sentada junto ao público se colocando à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Disse também que seria muito breve em sua explanação e que em poucos minutos falaria um pouco da história dos 35 (trinta e cinco) anos de experiência. Passou algumas fotos para que todos os presentes conhecessem a região e tivessem uma visão geral dos terrenos e dos empreendimentos que foram realizados pela Tamboré.

Cecília Martins Pinto convidou o Engenheiro José Alt Júnior, diretor técnico da Tamboré para suas explanações acerca do empreendimento.

José Alt Júnior cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Informou estar trabalhando na empresa há mais de 25 (vinte cinco) anos como responsável técnico pela empresa e que começou na construção do Shopping Tamboré e depois com a implantação das avenidas principais, adutoras, coletor tronco de esgoto, estações elevatórias, estação de tratamento, enfim, até chegar à implantação dos loteamentos. E que também será ele quem vai fazer cumprir com todas as obrigações que vão ser assumidas na aprovação desse projeto.

Começou pela localização do projeto: *“O empreendimento está localizado junto a Rodovia Anhanguera, entre o trevo do KM 119 (quilômetro cento e dezenove) e do KM 120 (quilômetro cento e vinte) onde começa a Rodovia Luiz de Queiroz. Aí nesta vista panorâmica dá pra ver melhor o empreendimento: Ali a sua direita, ele fica de quem está na Rodovia Anhanguera, sentido interior, logo depois do pedágio, próximo à Expo América. Ele está distante, mais ou menos, uns 10 km (dez quilômetros) do centro da cidade de Americana. Com relação aos bairros vizinhos, nós estamos próximo ao bairro Remanso Azul e o Parque Dom Pedro II, mais próximo do sistema viário principal, o Jardim América e Jardim São José. O acesso do empreendimento será feito pelo prolongamento da Avenida José Cordenonsi”*.

Esclareceu ainda com relação ao zoneamento; *“a maior parte do empreendimento está localizado na Z R 2, de uso estritamente residencial e na sua parte frontal na Zona de Atividade Econômica 2 onde é permitido a implantação de lotes industriais não poluentes, comerciais, além dos lotes residenciais.*

Sistema viário: conforme Diretriz viária do município de Americana foram projetadas avenidas margeando a linha de alta tensão da CPFL e também foi solicitado uma avenida de interligação com o bairro vizinho e a Rua Guilherme Schmidt. O sistema viário tem 199.000 m² (cento e noventa e nove mil metros quadrados) e representa 25% (vinte e cinco por cento) da área total do empreendimento. “Nas vias internas foram projetadas áreas verdes junto ao sistema viário que a gente chama de Jardim do Viário, para que tenha uma permeabilidade maior da água de chuva e permita uma amplitude visual melhor, mais agradável”. “Na avenida principal também foi projetada uma ciclovía, que é uma alternativa segura de deslocamento para população local”.

Página 2 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Mostrou uma imagem da avenida principal com a ciclovia mais distante da rodovia para ter mais segurança. Enfatizou que: *“O passeio público, todos os passeios serão feitos com acessibilidade”*.

“Áreas institucionais: nós temos 8,15 % (oito vírgula quinze por cento) de área institucional, que representa cinquenta e quatro mil e quinhentos metros quadrados (54.500 m²). Praticamente a maior parte dela, principalmente a de uso comunitário, está localizada junto ao viário principal. Nós temos também algumas outras que é de equipamento urbano, para implantação da estação elevatória de esgoto e de bacias de retenção e infiltração de água de chuva”.

“Área verde: nós temos 240.000 m² (duzentos e quarenta mil metros quadrados) de área verde que corresponde a 30% (trinta por cento) da área do empreendimento. A legislação pede que, no mínimo, se faça 20% (vinte por cento) e nós estamos praticamente, com 50% (cinquenta por cento) a mais do que é obrigado e, além disso, a preservação dos córregos, com essa área verde, são ampliadas, dando maior proteção para o córrego e permitindo uma conexão mais agradável para quem anda nas alamedas do loteamento”.

*“Agora, com relação aos **lotes de usos não residenciais** na frente do empreendimento, nós temos 07 (sete) lotes com a área de total aproximadamente de 26.000 m² (vinte e seis mil metros quadrados) para uso empresarial. Passando a linha de alta tensão, os lotes comerciais com 12.000 m² (doze mil metros quadrados), são 11 (onze) lotes e lotes administrativos. O total dos lotes não residenciais representam 54.856 m² (cinquenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis metros quadrados)”*.

“Lotes residenciais: nós temos 562 (quinhentos e sessenta e dois) lotes de uso residencial tendo uma área total de 223.000 m² (duzentos e vinte e três mil metros quadrados) que representa 28% (vinte e oito por cento) da área do empreendimento”.

“Finalmente O plano todo do loteamento, onde nós destacamos que áreas privativas representam apenas 35% (trinta e cinco por cento) da área totais ficando praticamente 65%, mais precisamente, 64,95% (sessenta e quatro vírgula noventa e cinco por cento) de áreas públicas, e desses 65 (sessenta e quatro), 30 (trinta) é de preservação”.

Informou que era o que tinha para apresentar e agradeceu a atenção de todos.

Cecília Martins Pinto agradeceu ao Engenheiro José Alt Júnior por suas explanações e convidou o **Engenheiro Gustavo Soares Junqueira** diretor da **Arbórea Ambiental** para fazer a exposição a respeito do Estudo de Impacto Ambiental.

O Engenheiro Gustavo Soares Junqueira, apresentou-se e cumprimentou a todos e esclareceu que iria iniciar a apresentação com um breve histórico do processo de licenciamento. Esclareceu o momento que houve uma mudança no projeto e quando fizeram a revisão do EIA-RIMA, reavaliando os impactos ambientais naquilo que era pertinente para atender a esse novo projeto, mais precisamente sobre os motivos da escolha da localização, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos nos meios físico, biótico e antrópico, e sobre as medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los.

“Eu vou iniciar a apresentação com um breve histórico do processo de licenciamento. Os estudos começaram em 2010 com a elaboração do plano de trabalho para elaboração do EIA-RIMA. Nesse momento o empreendimento era de responsabilidade da Brookfield que tinha uma parceria, uma sociedade, com os proprietários da área. Então em dezembro de 2010 foi feito o Plano de Trabalho,

Página 3 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

protocolado então na CETESB, dando início ao processo de licenciamento. Neste momento, coincidiu com uma fase de estruturação, de reestruturação da CETESB e demorou praticamente um ano para que a gente recebesse um retorno do Plano de Trabalho, o Termo de Referência. Então, em novembro de 2011 recebemos o Termo de Referência do EIA-RIMA, que nada mais é do que um roteiro para laboração do EIA-RIMA. Começa então os estudos efetivos do EIA-RIMA, os diagnósticos, todos os estudos, identificações dos impactos ambientais negativos/positivos, medidas mitigadoras, os programas ambientais e finalmente protocolamos o EIA-RIMA, em novembro de 2013”.

“Após o protocolo do EIA-RIMA nosso próximo passo, o segundo compromisso, foi uma apresentação no Comitê de Bacia do PCJ - Piracicaba/Capivari/Jundiaí, dos aspectos hidrológicos, principalmente dos aspectos hidrológicos que envolviam o empreendimento. Em fevereiro de 2014 fizemos então essa apresentação e logo na sequência, em março de 2014, nós recebemos da CETESB o primeiro informe técnico onde são pedidos de esclarecimentos, detalhamento de alguns programas, solução de algumas dúvidas e também a própria manifestação do PCJ com mais algumas solicitações, questionamentos e assim nós tínhamos então a incumbência de resolver esses questionamentos para dar sequência no procedimento”.

“Foi nesse momento, então, que houve uma mudança no projeto. A Brookfield que era sócia dos proprietários da área, da fazenda Santo Ângelo, saíram do processo e em seu lugar entrou a empresa Tamboré que fez a sociedade com a BRNZ, que é a empresa dos proprietários, e com essa alteração houve também a ideia, a vontade deles, de mudar o projeto e em função disso, com a mudança de projeto, nós fizemos a revisão do EIA-RIMA, reavaliando os impactos ambientais naquilo que era pertinente para atendermos, então, a esse novo projeto”.

“Então, com o novo projeto em mãos e com a revisão do EIA-RIMA, também atendemos as informações complementares da CETESB e do PCJ e fizemos em Julho de 2015 o protocolo desses documentos e no momento seguinte foi agendada a audiência pública e aqui estamos agora exatamente, 12 de Novembro de 2015, na audiência pública”.

“Então o que nós temos para o futuro do licenciamento ambiental”?

“Eventuais considerações da audiência pública, contribuição da comunidade, das autoridades, enfim das pessoas que participam da audiência pública e também das análises desses últimos documentos que foram protocolados, isso gerará mais uma Informação Técnica que será então respondida e se tudo estiver a contento, acreditamos que sim, nós teremos então a emissão da Licença Ambiental Prévia para o empreendimento”.

“Após a emissão da Licença Ambiental Prévia, serão feitos os detalhamentos, pois ela vem com uma série de exigências, essas exigências são para que haja os detalhamentos dos programas ambientais, os detalhamentos dos projetos, os detalhamentos dos projetos executivos, e esse material, juntamente com os anexos GRAPROHAB, dentro de um processo GRAPROHAB, gera como resultado a Licença Ambiental de Instalação do Empreendimento, as Autorizações, os TCRAS, os termos de compromisso assumidos com a CETESB, e aí, do ponto de vista ambiental, o empreendimento então está pronto para ser implantado e começam então algumas outras tratativas com prefeitura e cartórios, registro e enfim... Sequência de uma aprovação normal de loteamento”.

“O empreendimento, conforme o Eng.º José Alt Júnior falou, ele tem uma dimensão de 795.000 m² (setecentos e noventa e cinco mil metros quadrados), geralmente o EIA-RIMA é solicitado para empreendimentos com mais de 1.000.000 (um milhão de metros quadrados de metros quadrados).

Página 4 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Então por que foi solicitado um EIA-RIMA para este empreendimento? Ocorre que anterior ao processo de licenciamento do Tamboré Americana já existia na CETESB um pedido de licenciamento do empreendimento na gleba vizinha, essa gleba que é oriunda da fazenda Santo Ângelo do mesmo proprietário, gleba essa com 431.000 m² (quatrocentos e trinta e um mil metros quadrados). Então, na somatória das duas temos um total de 1.226.000 m² (um milhão duzentos e vinte seis mil metros quadrados) o que, então, no acumulativo, gera então a necessidade de se fazer um estudo de impacto ambiental o EIA-RIMA”.

“Um dos pontos importantes do EIA-RIMA é a definição das Áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento. Então, em vermelho nós temos a área diretamente afetada que é a área abrangida pelo empreendimento, em amarelo, com uma área de 7,1 km² (sete vírgula um quilômetros quadrados), nós temos a área de influência direta que envolve aqui a bacia do córrego ao norte, sem denominação, que margeia o empreendimento, a bacia hidrográfica também do córrego da Fazenda Santo Ângelo que margeia o empreendimento na sua face sul, também insere também os dois acessos, os dois trevos próximos ao empreendimento e todo o bairro aqui localizado ao norte. Na área de influência indireta nós temos a bacia hidrográfica de outro córrego contribuinte da barragem aqui da fazenda Santo Ângelo. Também temos o acesso, o pedágio, o acesso aqui a Americana e mais uma outra área de influência aqui, mais ao norte do empreendimento”.

“O EIA-RIMA é um material bastante extenso, denso, e não seria possível aqui discutir todos os impactos positivos e negativos. No entanto, procuramos abordar os aspectos mais importantes que vamos explicar na sequência. Importante dizer é que os diagnósticos foram feitos para avaliar os meios físicos, bióticos e antrópicos e, a partir desses diagnósticos realizados, nós pudemos identificar no meio físico o impacto positivo e 09 (nove) impactos negativos, no meio biótico, 03 (três) impactos positivos e 05 (cinco) impactos negativos e no meio antrópico, 04 (quatro) impactos positivos, 07 (sete) impactos negativos e 01 (um) impacto nulo. Para os impactos negativos, foram feitas propostas de medidas e programas mitigadoras que visam atenuar ou anular esses impactos e considerando as características de inserção desse empreendimento, é com tranquilidade que a gente pode vir e dizer que todos esses impactos foram devidamente contornados e controlados e mitigados sem que houvesse nenhum problema que colocasse em risco a aprovação do licenciamento ambiental do empreendimento”.

“As medidas mitigadoras ocorrem em três etapas diferentes: na etapa de planejamento do empreendimento por meio dos Projetos Técnicos, o projeto do próprio, o próprio projeto urbano, os projetos de infraestrutura, então foram feitos 12 (doze) projetos técnicos que já visam mitigar os impactos ambientais identificados. Existe o, uma parte desses, dessas medidas mitigadoras que são os controles ambientais de obra, que ocorrem durante a implantação de obra, que é a parte de maior exposição a impactos ambientais e existem também medidas de gestão ambiental que são abordados durante a operação do empreendimento, ou seja, já com os moradores ocupando e vivendo e trabalhando nesse bairro”.

“Considerando o meio físico, toda a área de influência indireta faz parte de um contexto de geomorfologia caracterizada com colinas amplas que possuem certa declividade, mas são desprovidas de uma declividade excessiva, as declividades são suaves. Então aqui está um mapa de classe de declividades onde a gente pode observar que de 0 a 6% (zero a seis por cento) de declividade temos 16,72% (dezesseis vírgula setenta e dois por cento) da gleba. A maior parte da gleba está numa declividade de 6 a 15% (seis a quinze por cento). Temos também 30% (trinta por cento) numa faixa de declividade de quinze a trinta por cento (15 a 30%) e apenas 1,34% (um

Página 5 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vírgula trinta e quatro por cento) numa faixa de declividade acima de 30% (trinta por cento) que seria uma declividade mais acentuada, um pouco mais frágil. Porém essas áreas encontram-se ou nas áreas onde já existem fragmentos de vegetação ou nas próprias APP's e serão áreas totalmente preservadas e reflorestadas, quando já não estiverem providas de vegetação”.

“Agora, algumas fotografias para que possamos justamente visualizar isso que eu acabei de falar: essa característica do meio físico da área. Então, aqui é uma vista neste ponto do córrego da Fazenda Santo Ângelo, o córrego se encontra bastante encaixado aqui nesse trecho; mais uma vista da face leste do empreendimento. Podemos observar aqui uma declividade suave, não é uma declividade muito forte; mais uma vista da face norte do empreendimento. Aqui também a declividade - características de colinas amplas”.

“Outra foto no sentido inverso, aqui já mostrando a face sul, face oposta, que contribui para o córrego da Fazenda Santo Ângelo, também não se observa declividades muito acentuadas. E aqui mais uma foto mostrando também a face sul do empreendimento”.

“Do ponto de vista do meio físico, da susceptibilidade de processos erosivos a gente observou que o solo se encontra bastante estável”. “Não se constata a incidência de processos erosivos significativos na gleba, principalmente, aonde vai se implantar o empreendimento e que, portanto, a área é compatível com o tipo de ocupação prevista desde, obviamente, que se tomem as medidas de boa prática de conservação do solo, principalmente no momento da implantação do empreendimento. Para tanto existe o Programa Técnico de Controle de Erosão e Assoreamento que vai ser, foi projetado, já está projetado e vai ser implantado durante a implantação do empreendimento e monitorado durante o programa de gestão de controle de obras.

Aqui temos um exemplo do talude revegetado, dos muros de alas nos pontos de travessia e de deságues de água pluvial. Aqui temos dentro de uma quadra o controle de assoreamento e o controle da velocidade do escoamento superficial por meio da implantação de terraços. A utilização de caixas de retenção de sedimentos e a proteção com Bidim das caixas de galerias de águas pluviais evitando que esse sólido mais grosso vá para os córregos e para os recursos hídricos e nas épocas secas, umedecer as áreas e as vias que ainda estiverem com solo exposto para que não haja re-suspensão de poeira”.

“Nós fazemos aqui também as demarcações das áreas de preservação permanente e onde for necessária a implantação de filtros para que algum sedimento que ainda escorra não atinja os recursos hídricos, e o Plano de Preservação de Incêndio dos fragmentos de vegetação nativa existentes; a presença dos aceiros para evitar a propagação de incêndio. Durante o planejamento dos resíduos sólidos, tanto com as caixas, com as lixeiras de produtos de reciclagem para o canteiro de obra, aqui também pode ser utilizado as baias; também é feito a parte de segregação e do resíduo oriundo da construção civil neste momento e tudo isso monitorado posteriormente durante a implantação no gerenciamento de obras, no Programa de Gerenciamento de Obra”.

“Como se dá esse monitoramento? Existe um plano dos pontos onde devem ser sistematicamente vistoriados, essas vistorias são sistemáticas, periódicas, e com check-list para que nenhum dos elementos seja esquecido, a pessoa responsável pelo monitoramento anota as conformidades, as eventuais não conformidades daquilo que se espera ver no monitoramento de obra e havendo alguma não conformidade isso é anotado, isso é passado imediatamente, para o responsável pela obra, que deverá tomar então as medidas para que aquele ponto observado entre em conformidade novamente evitando que algum problema maior ocorra”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Um aspecto importante dos programas ambientais é a educação das equipes de implantação. A gente sabe que durante a implantação de um empreendimento, novas equipes vão entrando conforme as fases vão ocorrendo, fases de terraplanagem, depois a fase de implantação de infraestrutura. A cada nova equipe essa orientação precisa ser realizada e aqui a gente coloca alguns tópicos que são abordados durante essa Educação Ambiental, essa orientação ambiental das equipes: Então os impactos ambientais decorrentes da obra para que todos estejam cientes dos impactos que podem ocorrer; a legislação ambiental que impacta diretamente sobre o trabalho que ele está realizando; questões de segurança; animais peçonhentos que eles podem encontrar; prevenção dos incêndios florestais; os cuidados com a flora e com a fauna e a destinação correta dos resíduos sólidos”.

“Outro impacto que nós tratamos durante a nossa análise do EIA-RIMA foi com relação à impermeabilização do solo que aumenta o escoamento superficial, que isso acaba sobrecarregando os cursos da água existentes, no nosso caso aqui, o curso sem denominação ao norte do empreendimento e o córrego da fazenda Santo Ângelo, localizado aqui ao sul do empreendimento”.

“A impermeabilização máxima, considerando uma ocupação máxima do empreendimento, e o potencial máximo de impermeabilização dos lotes de acordo com a legislação considerando esta impermeabilização máxima, a gente tem um máximo possível de impermeabilização de 55% (cinquenta e cinco por cento) da gleba”. E para atenuar esse impacto foram previstos seis caixas de retenção de águas pluviais que serão alocadas em áreas desprovidas de vegetação e antes do lançamento nos córregos que servirão tanto para o controle de poluição difusa de eventuais sedimentos como também para redução e amortecimento desses picos de evasões. “O total do volume para essas, considerando essas seis caixas, é de 3.000 m³ (três mil metros cúbicos)”.

“A população estimada para o empreendimento, do loteamento Tamboré Americana população residencial está estimada em 1.748 (um mil setecentos e quarenta e oito) pessoas”. População empregada, tanto nas residências como nos lotes comerciais, uma estimativa de 1.518 (um mil quinhentas e dezoito): um total, então, de 3.266 (três mil duzentas e sessenta e seis pessoas).

Considerando o loteamento Jardim Santo Ângelo que também terá sua população residencial empregada, o total dos dois empreendimentos considerando a ocupação então das duas glebas seria de 5.419 (cinco mil quatrocentas e dezenove) residentes ou empregados trabalhando na gleba.

“Também houve uma estimativa da população flutuante, que seria aquela que visita as residências, ou mesmo que vai às áreas comerciais no dia-a-dia do trabalho, no dia-a-dia da operação desses lotes”. “E o total, considerando os dois empreendimentos, de 1.173 (um mil e cento e setenta e três) pessoas”.

“Foram feitas também as estimativas de demanda de água e de esgoto para os empreendimentos. No loteamento Tamboré Americana existe uma demanda de água de 10,4 (dez vírgula quatro) litros por segundo e de esgoto de 8,32 (oito vírgula trinta e dois) litros por segundo. Considerando os dois empreendimentos juntos, um total de 18,82 (dezoito vírgula oitenta e dois) litros por segundo e de esgoto de 15,90 (quinze vírgula noventa) litros por segundo. Para o abastecimento de água externo, obviamente que será implantado toda a rede de distribuição de água e esgoto interno ao empreendimento, mas, além disso, o DAE de Americana solicitou um investimento externo ao empreendimento. E então seria a adução de água a partir do reservatório R14, seguindo então pela José Corderonsi, pela Rua Maranhão e entrando pelo bairro aqui, localizado ao norte, contornando a vegetação existente, entrando por esse acesso do empreendimento. Isso vai fazer com que então a água chegue ao empreendimento, mas, além disso, que se estabeleça um anel de abastecimento de água que aumenta a segurança de abastecimento regional. Além disso, também com um pedido do DAE, vai ser executada uma Estação Elevatória de Esgoto dentro de uma área institucional do empreendimento, essa estação elevatória de esgoto, será projetada e executada pelo empreendedor,

Página 7 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tem uma capacidade duas vezes maior que a necessidade do empreendimento, dando a possibilidade no futuro que se desative duas elevatórias que existem aqui no bairro e passem todas a serem atendidas por essa elevatória aumentando então a segurança dos mananciais e a facilidade de operação pelo DAE.

“Só mais um detalhe aqui, que eu me esqueci de falar: Após a Estação Elevatória de Esgoto também será implantado a linha de recalque até uma segunda elevatória que existe aqui para depois então ser encaminhado para a estação de tratamento de esgoto”.

“Um dos elementos também que faz parte do monitoramento ambiental é o monitoramento da qualidade de água. São escolhidos alguns pontos estratégicos aqui em vermelho. São feitas análises de referências dos períodos de chuva e no período de seca. Os parâmetros utilizados são esses: coliformes, a coloração, resíduo total, alumínio, manganês, ferro, fósforo, o PH, a turbidez, a temperatura, série nitrogenada, oxigênio dissolvido e DBO e, ao longo da implantação do empreendimento e da própria operação/ocupação do empreendimento, são feitas outras análises e a gente vai avaliando quais desses parâmetros sofreram alteração e buscando eventuais causas para saber se, de fato, existe alguma responsabilização do empreendedor com relação a isso”.

“Quanto à vegetação da gleba é importante destacar os fragmentos de vegetação nativos existentes ao longo da APP do córrego localizado ao norte da gleba. São vegetações em estágio secundário médio de regeneração e, ao sul alguns fragmentos de vegetação, são antigos talhões de eucalipto, onde houve uma regeneração de matas nativas em estágio inicial de regeneração. O perímetro dessas matas foi demarcado; caracterizado um a um e também foi feito um inventário das árvores isoladas existentes”.

É importante salientar que para a implantação desse empreendimento, dos 122.000 m² (cento e vinte e dois mil metros quadrados) de fragmentos de vegetação existentes, será necessária a supressão de 138 (cento e trinta e oito metros), ou seja, é uma implantação com desmatamento zero.

“Aqui estão algumas fotos que caracterizam esses fragmentos das quais eu acabei de falar: Então, aqui é um fragmento já com estágio médio de regeneração. Aqui o antigo, os eucaliptos, né? Mas já com uma vegetação em estágio inicial. Outra foto de um talhão de eucalipto mais antigo também, com um estágio inicial de regeneração no sub-bosque. Este é um talhão de eucalipto isolado aqui nesse ponto”.

“Para as intervenções em áreas de APP, elas serão necessárias para a implantação em 07 (sete) pontos, né? Em 07 (sete) pontos pra implantação das galerias de águas pluviais: são esses pontos delimitados aqui em vermelho e pra uma travessia viária que vai conectar essa gleba a outra gleba do outro empreendimento neste ponto e aqui é a única supressão então; uma pequena supressão necessária que ocorrerá será nesse ponto. Todos esses pontos foram escolhidos sempre considerando a melhor alternativa locacional de forma a evitar qualquer tipo de supressão nos fragmentos de vegetação existente”.

“O projeto de reflorestamento e arborização também é uma das medidas. Nesse aspecto está previsto o reflorestamento das áreas verdes fora de APP, com a implantação de 6.070 (seis mil e setenta) mudas e para a arborização dos sistemas de lazer e dos passeios públicos mais o montante de 826 (oitocentas e vinte e seis) mudas. Sempre espécies, priorizando espécies nativas e um total, então, de 6.896 (seis mil oitocentas e noventa e seis) mudas pra recomposição das áreas verdes e para os sistemas de lazer e passeio público”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“E as APPs? Também não foram esquecidas, obviamente. As APPs receberão um plantio de mais oito mil novecentas e vinte (8.920) mudas, porém esse plantio já se encontra em curso, já está em fase final de implantação e ele provém de um TAC, de um Termo de Ajustamento de Conduta assumido pelo proprietário da área, em função de um evento de incêndio ocorrido há quase dez (10) anos na área e que está então em fase final de implantação. Então essas áreas já estão reflorestadas ou em fase final de reflorestamento. Então no total essa área vai receber quinze mil oitocentas e dezesseis (15.816) mudas para a composição de matas nativas e os paisagismos previstos.

Para o diagnóstico de fauna foram colocados adaptadores fotográficos que permaneceram na área por mais de 250 dias com sensor de presença. Então todos os animais que apareciam por ali nas armadilhas que a gente fala, que nada mais é do que um banquete de frutas e carnes atrativas dos animais, para que eles sejam de fato fotografados. “Todos esses pontos foram alvos desses adaptadores fotográficos, tiveram também mais vinte e cinco (25) vistorias em horários distintos: diurno, noturno e vespertino”.

“Foram feitas observações, gravações dos cantos dos pássaros, observações das pegadas e das fezes para a identificação de todos os animais ali que habitam essa área e o resultado desse diagnóstico foi a observação de oitenta e uma (81) aves, sete (07) répteis, espécies de répteis, seis (06) espécies de anfíbios e quinze (15) espécies de mamíferos num total de cento e nove (109) espécies da fauna silvestre”.

“Nesse contexto o empreendimento, ele vai manter vai manter todos os fragmentos de vegetação existentes e com mais o reflorestamento e a localização das áreas verdes, vai existir um corredor de locomoção de fauna silvestre importante nas APPs e nas áreas verdes adjacentes ao longo dessa face fazendo a interligação aos fragmentos importantes da fazenda Santo Ângelo, essa ao sul. No caso, a mesma coisa acontece na face norte, dando permeabilidade também para o deslocamento de fauna para os fragmentos existentes do entorno e na sequência também, das APPs da barragem da fazenda Santo Ângelo e na continuação aqui da barragem do Salto Grande. Então esses corredores ecológicos são totalmente desimpedidos, não existe qualquer tipo de obstrução com exceção de um viário de interligação aqui, mas esse viário será munido de passagens de fauna para que isso evite o atropelamento dos animais e que favoreça então a passagem deles, evitando que ocorra fragmentos de vegetação isolados que seria um dos piores situações para a perpetuação dessas espécies de fauna silvestre”.

“Foi feita também uma avaliação do meio antrópico, a gente observa que em relação às décadas de 60/70 e 80, as últimas décadas, a taxa de crescimento foi muito inferior, porém em termos absolutos a população de Americana vem subindo de forma constante. É interessante observar que de noventa 91 pra 22000 os índices de IDH, tanto para a educação, longevidade e renda cresceu. E o médio também aumentou, demonstrando que a população cresce de uma maneira constante devido ao aumento da qualidade de vida no município. E a gente tem certeza que um empreendimento desse padrão, com essas características vai contribuir para o aumento dessas características, dessa qualidade. Uma nova população vem se estabelecer. Existe, então, uma avaliação com relação às demandas dos serviços públicos, de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer. Nesse sentido o empreendimento conta com a doação de espaços públicos comunitários, da ordem de 43.000 m² (quarenta e três mil metros quadrados), o que corresponde a 6,46% (seis vírgula quarenta e seis por cento) do empreendimento, além dos serviços públicos urbanos que são para as infraestruturas que poderão então abrigar alguma demanda que se venha se entender necessária mesmo sabendo que pelo padrão das pessoas que vão residir nesse empreendimento, essas pessoas demandam mais dos serviços de educação e saúde privados”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Há uma previsão de geração de emprego também por conta da implantação do empreendimento, tanto na sua implantação com 268 (duzentos e sessenta e oito) empregos diretos, porém temporários e futuramente, ao longo da ocupação, 1518 (mil quinhentos e dezoito) empregos; aí sim permanentes, que vão entrar tanto nessas áreas residenciais como nos próprios lotes comerciais”.

“Outro impacto positivo: a arrecadação de IPTU que foi estimado na ordem de R\$ 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil reais) anuais”.

“Outro ponto que foi avaliado é a questão da geração de tráfego. O estudo realizado pela empresa PERPLAN, definiu os pontos que seriam os críticos por conta do acesso ao empreendimento. Aqui está o prolongamento da José Cordenonsi que vai ligar o empreendimento, a rotatória de acesso aqui à Rua Maranhão, foram feitas as contagens e observou-se que no horário de pico, o incremento, considerando aí os próximos 10 (dez) anos, um horizonte de 10 (dez) anos de ocupação, seria da ordem de 460 (quatrocentos e sessenta) veículos equivalentes. O que corresponderia a uma ocupação de 15% (quinze por cento) desse viário que seria estendido, o que daria um nível de fluidez, um nível de serviço A dessa via e na rotatória, que deverá ser reestilizada com maior raio para facilitar esse acesso, ela vai apresentar em 10 (dez) anos, em 2.026, um nível de ocupação serviço C, até 75% (setenta e cinco por cento) do potencial; o que também dá uma fluidez bastante aceitável”.

Outro ponto que será feito aí já na parte de ocupação do empreendimento, de gestão da comunidade que vai se estabelecer no empreendimento. Isso se dá com esforço inicial do empreendedor, mas isso continua com a associação de moradores a ser formada, uma educação ambiental para a comunidade que através de panfletos, de revistas, informes aos moradores são abordados temas de uso racional da água, de drenagem urbana, o paisagismo ecológico que se pretende implantar, a moradia sustentável, resíduos domiciliares, doenças de veiculação hídrica e inclusão social para a preservação dos recursos hídricos. Então são alguns temas abordados nessa prática de educação ambiental para a comunidade.

“Para a parte de medidas compensatórias, então, quando se faz um EIA-RIMA a gente existe uma previsão de uma medida compensatória, uma doação financeira da ordem de 0,5% (meio por cento) do valor da implantação da infraestrutura urbana. No nosso EIA-RIMA e no modificativo do EIA-RIMA, nós sugerimos para a CETESB e para Câmara de Compensação que esse recurso fosse aplicado no Parque Natural Municipal do Balneário Riviera Número 07, localizado aqui, e na própria área de proteção ambiental, APAMA de Americana, porque os benefícios desse investimento poderiam vir diretamente, tanto para os moradores como para os residentes, a própria Americana, então entendemos que seria um investimento melhor aplicado do que em outra unidade de conservação distante do município. Mas isso fica um pouco longe das nossas decisões, a gente apenas faz a sugestão, isso fica por conta da Câmara de Compensação”.

“Aqui só resumindo alguns números, muitos deles já foram falados, do ponto de vista de vegetação são 105.000 m² (cento e cinco mil metros quadrados) de APPs fazendo seu papel de proteção dos recursos naturais da fauna e da flora. Serão totalmente revegetados. O plantio de 6.000 (seis mil) mudas nas áreas verdes seriam dentro do projeto desse empreendimento e junto com aquele reflorestamento do TAC as áreas verdes que se transformarão em vegetação nativa formarão um total de 211.000 m² (duzentos e onze mil metros quadrados)”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Existe aqui a geração de emprego, empregos temporários 268 (duzentos e sessenta e oito) para a implantação do empreendimento; empregos permanentes: 1.518 (mil quinhentos e dezoito), já considerando a parte de ocupação dos lotes comerciais”.

“A parte de infraestrutura, combate à poluição difusa, amortecimento de picos de ondas de cheia: as 06 (seis) caixas de retenção com 3.000 m³ (três mil metros cúbicos)”.

“Na parte do investimento em infraestrutura externa: 1.620 m (mil seiscentos e vinte metros) de coletores de esgoto; 1.900 m (mil e novecentos metros) de adutoras de água”.

“A estação elevatória com o dobro da capacidade necessária para o empreendimento, para atender também a comunidade já existente; com a capacidade de 47(quarenta e sete) litros por segundo. Além de todos os mecanismos de segurança como tanque pulmão, gerador para o caso de falta de energia e também de manutenção. E também os 500 m (quinhentos metros) de viário, que é o prolongamento a partir da Rua Maranhão até o acesso do empreendimento da Avenida José Cordenonsi”.

“Bom, diante de todos esses aspectos demonstrados, alguns outros que não foram possíveis demonstrar no tempo escasso que a gente tem aqui para uma apresentação; fizemos uma avaliação ambiental final. A gente entende que o empreendimento consolida uma ocupação urbana planejada e com diversidade de uso. Ela faz a doação de áreas institucionais de uso comunitário para atender as demandas já existentes e as novas demandas de serviços públicos. Ela atende plenamente o plano diretor do município de Americana. Existe adoção dos programas ambientais de monitoramento de obra que atuam na anulação ou na mitigação dos impactos ambientais negativos que foram identificados nos nossos estudos. Existe também o investimento em obras de infraestrutura externas que beneficiam não só o empreendimento mas também a comunidade do entorno, como é o caso do sistema viário, da rede de abastecimento de esgoto e rede de água e esgoto. E também contempla toda a infraestrutura urbana necessária como a pavimentação asfáltica, rede de água e esgoto, drenagem de água pluvial, os reservatórios de controle de cheia e controle de poluição difusa, energia elétrica, permitindo a ocupação de forma racional equilibrada e, principalmente, garantindo a preservação ambiental e a manutenção da qualidade de vida para a região. Então, diante de todos esses aspectos a empresa de consultoria e sua equipe técnica multidisciplinar entendeu pela viabilidade ambiental do empreendimento”.

Cecília Martins Pinto, antes de passar à etapa seguinte em que o público se manifesta, anunciou a presença do senhor Marco Antônio Alves Jorge, Secretário de Habitação e Promoção Social de Americana. Em seguida convidou o representante das entidades da sociedade civil, o senhor Eduardo Coienca, da entidade Amigos da Gruta, de Americana.

O Sr. Eduardo Coienca cumprimentou a todos e explicou que a entidade Amigos da Gruta era uma entidade ambientalista recém-formada, apesar de existir um movimento em prol da gruta já há algum tempo. Disse ainda que a entidade Amigos da Gruta tem como objetivo preservar a Gruta, mas que também têm uma visão ambiental da cidade de Americana, da região. Informou que estiveram consultando o EIA-RIMA e que fizeram alguns apontamentos que acredita, devem ser levados em conta. Disse que a região já está sofrendo um grande impacto ambiental. Informou que recentemente a Represa do Piva sofreu um forte impacto de poluição difusa, poluição da rodovia, e que estava gerando muitos aguapés e isso estava causando problema muito sério naquela represa e que fica bem em frente a esse residencial. Disse de sua preocupação com uma área do terreno onde as águas devem carrear para aquele outro lado da pista, e sua pergunta era:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Como os senhores vão resolver a questão da poluição ali na Represa do Piva?

O Sr. Eduardo Coienca falou ainda da sua preocupação com outro problema que seria a criação de uma elevatória onde irão colher o esgoto gerado pela população do empreendimento para ser tratado na ETE da Praia Azul, uma vez que essa ETE já tá sendo operada no seu limite. Disse que a ETE já apresenta problema por excesso de lodo e todos sabem também da ineficiência dessa estação de tratamento. Disse que a ETE está só com 40% (quarenta por cento) da eficiência no tratamento do esgoto e, por lei, o limite tem de ser de 80% (oitenta por cento). Será preciso estudar para ver como é que pode ser melhorada a eficiência no tratamento do esgoto, porque a represa do Salto Grande está sendo fortemente impactada por esgotos da própria região das chácaras e de algumas residências que clandestinamente lançam lá o seu esgoto.

Lembrou também a questão de falta de água:

“Americana capta água da bacia do Piracicaba e é do conhecimento de todos que o Sistema Cantareira está no volume morto. É sério também o problema na da bacia do PCJ e que até foi suspensa a questão da outorga do Sistema Cantareira por conta de que, nós queremos mais água para nossa bacia”.

“Hoje vem pouca água pra cá, o insuficiente para atender a nossa população, e nós sabemos que esse empreendimento vai atrair novos moradores para cidade de Americana”. “Tem também um pedido, recente, de interdição da Represa do Salto Grande, por conta de toda essa poluição de cidades a montante que não tratam seus esgotos e jogam no Atibaia, e que também está impactando a represa. E estão até, com certo alarmismo, pedindo a interdição da represa por conta de seus fluídos, dos vapores de água que estão fazendo mal para a população, podendo até causar doenças respiratórias ou outro tipo de doença, e como esse empreendimento é muito próximo à represa, nós precisamos saber como vai ficar a questão do impacto que a represa vai trazer para essa população que estará morando ali e também o impacto que essa mesma população poderá trazer para essa região. Nós temos aqui algumas sugestões de medidas que acho que poderiam ajudar amenizar o impacto ambiental. Por exemplo, eu não vi no estudo se está previsto um asfalto permeável ou um piso intertravado, que permita aumentar a permeabilidade do solo - isso ficaria como uma sugestão. Eu não sei se está no projeto, mas entendo que seria ambientalmente correto que fosse implantado. Também como sugestão que hoje por lei em Americana você tem que ter dez 10% (dez por cento) de área permeável no imóvel. “Eu sugiro que na hora de vender os lotes ficasse claro a reserva de (20%) vinte por cento da área de cada lote de área permeável pra que se melhore a absorção de água pelo solo”. Sugeri também que seja ministrado um curso de educação ambiental que julga ser importantíssimo. “A gente sabe que hoje, a cidade de Americana está sendo tomada por lixo, móveis na rua, sofás, etc.” “As pessoas não sabem dar um destino correto para os seus resíduos sólidos, por isso acho que naquela região precisará ter uma forte campanha na área de educação ambiental”. Inclusive nós vamos fazer um trabalho na região da Gruta Dainese e também em torno dos parques municipais. “Na região tem o Parque do Riviera que eu acho que merece ser feito um trabalho de recuperação desse parque ali na Praia Azul”. “Também eu vi que está previsto, pelo que eu entendi, coletas na fase de construção”. Eu penso que ali precisa ser implantada uma coleta seletiva ainda na fase já de implantação do empreendimento, acho que, não sei como vai ser feito o gerenciamento, parece que tem um loteamento fechado, um condomínio fechado, então eu acho que caberia à empresa já se preocupar com esse trabalho da coleta seletiva que é tão importante para que a gente não jogue as coisas que são recicláveis no lixo.

Outra questão que vocês estão dizendo é que a entrada vai ser aí para aquele fio de alta tensão, naquela avenida, um dos lados da avenida, que é mão para empreendimento, existe uma empresa que tem uma lei municipal que legalizou a sua ocupação. Ela está ocupando a área da avenida, eu

Página 12 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não sei se vocês já tem esse acordo com essa empresa pra que ela recue essa área da empresa que tá ocupando embaixo dos fios de alta tensão, e pelo que eu vi no projeto está previsto que vocês vão alargar a avenida e a entrada principal vai ser por ali. Então eu acho que tem que ser melhor esclarecido esse ponto porque depois se a Prezotto não recuar a empresa de uma área pública, praticamente vai causar um grande estrangulamento daquela região e ali o trânsito vai ficar um caos para se transitar. Pelo que eu vi aqui vocês estão dizendo que falaram do consumo de água e do esgoto. Pela população fixa e flutuante eu acredito que ali vai ser usado o dobro de água do que vocês estão falando. Vocês falaram em 10.000 (dez mil) litros de água por segundo, e 8,32 litros (oito vírgula trinta e dois litros) de esgoto, mas aí as pessoas, para que usassem só essa quantidade de água e esgoto, teriam que estar usando 200 (duzentos litros) de água por pessoa, mas a gente sabe que o brasileiro tem a cultura indígena, que gosta muito de gastar água, gosta de tomar banho todo o dia, e nós consumimos muito mais de 200 (duzentos litros) de água por dia e se for um consumo normal, se não houver uma educação ambiental, praticamente o gasto será na ordem do dobro de água e consequentemente estará sobrecarregando o sistema com o dobro de esgoto do que está aqui no estudo de impacto ambiental. Disse que eram estas as suas considerações que gostaria de colocar que, para ele, a principal questão é a da poluição da represa do Salto Grande, que entende que todos devem se preocupar com essa questão, pois ali pode ser tão crucial a ponto de afetar comercialmente o empreendimento porque está próximo da represa, por isso solicita ajuda nesse sentido, ajudar a nossa cidade a investir na despoluição da Represa do Salto Grande que já foi um lugar turístico e hoje está tão abandonada. Agradeceu.

Cecília Martins Pinto agradeceu e convidou o Senhor Geraldo Pio, morador da Praia Azul para sua manifestação.

O Sr. Geraldo Pio cumprimentou a todos e disse que como morador da Praia Azul, há alguns anos, vem defendendo aquela região. Disse ter nascido em Americana, mas estava morando já há uns 22 (vinte e dois) anos na Praia Azul e que garante, com toda segurança, que participou da divulgação da "praia", do "bairro" da Praia Azul. - Antes a região da Praia Azul não existia na mídia. Ele enquanto presidente de uma ONG por dois mandatos, juntamente com os seus companheiros, fizeram a divulgação da Praia Azul e hoje eles estão sentindo as consequências dessa divulgação.

O Sr. Geraldo Pio solicitou explicações sobre iluminação.

“É lógico que toda vez que se faz um loteamento há de se colocar a iluminação... Como no caso não há concorrência na iluminação vai ser a CPFL, e até que se façam as casas, que os proprietários construam, nós vamos começar a pagar aquela “taxinha” de iluminação?”

“Teria que se fazer uma negociação com a CPFL, uma troca, uma medida compensatória: vocês põem a iluminação pública para ocupar o terreno que é nosso, que vocês estão doando para eles colocarem o poste ou então arranjar concorrência?” “Será que não vem outra companhia de fora?”

O Sr. Geraldo Pio também solicitou explicações sobre o caso de haver encanamento de gás no condomínio:

“Se houver uma intenção de colocar o gás encanado, como poderia ser feito?” “Põe-se o asfalto, eles vêm, quebram tudo, colocam lá o gás encanado, sem concorrência?” “É uma companhia que não é nem uma...” “Não é dos brasileiros, é uma companhia particular que estraga tudo e depois nós temos que trabalhar com ruas remendadas prejudicando o tráfego”.

“Acho que tá na hora de se fazer a abertura da José Cordenonsi que está impedida, até foi derrubado um pedacinho do muro”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Outra coisa que eu gostaria de dizer: a estação de tratamento da Praia Azul também foi uma conquista nossa”. Ela simplesmente saiu do empréstimo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço por intermédio de abaixo-assinados que nós levamos até a população solicitando. Ela está comprometida. Se ela não estiver no seu auge de possibilidade ela vai ficar. E a contenção do lodo?

Depois de solicitado pela **Sra. Cecília Martin Pinto** o **Sr. Geraldo Pio** concluiu a sua fala dizendo que faltava captação pluvial e muitas outras coisas que gostaria que os empreendedores pensassem a respeito, como medidas compensatórias, mas pensassem com muito carinho, principalmente a questão do tratamento de esgoto a contenção do lodo para futuramente não acontecer o que aconteceu em Mariana/MG. Ele entende que se não houver medidas compensatórias, aquele empreendimento se torne, talvez, mais uma população flutuante vai perturbar o povo de Americana — e que aquilo que já era ruim vai ficar pior ainda. Encerrou a sua fala e agradeceu a atenção de todos.

Cecília Martins Pinto agradece ao Sr. Geraldo Pio e passa para a terceira e última parte da audiência onde convida o engenheiro José Alt Junior, diretor técnico da Tamboré, para as suas respostas.

O Sr. José Alt Junior passa então a responder o que lhe cabe. Disse entender que existe uma série de problemas ou de questionamentos que não são diretamente de seu conhecimento técnico. Explicou que quando se desenvolve um empreendimento é preciso em contato com todos os órgãos públicos, para o dimensionamento daquilo que pretendem fazer. E que nesse dimensionamento são levados em consideração índices técnicos reais, oficiais, governamentais, somente assim se desenvolve um projeto. Esclareceu que esse projeto depende de uma série de questões do órgão licenciador — no caso, por exemplo, água e esgoto, do DAEE. O DAE é quem define: *“olha, eu quero uma margem maior de tanto para água, de tanto para esgoto; a infiltração de tanto ou o complemento de tanto”* — que eleva para ter a garantia, o dimensionamento do projeto — para que esse projeto não tenha problema, ou seja, resumidamente, dimensionamos o empreendimento além da sua realidade, além daquilo que se necessita, ou do que se identifica como consumo. Esclareceu ainda que tudo isso que o Estado está passando, a educação, recursos hídricos, etc. além do nosso trabalho que será feito para o empreendimento, que vai ser focado para a região — as pessoas estão mudando o hábito. Essa mudança vem com trabalho do município, das entidades públicas, enfim. E de nós que vamos também trabalhar com isso.

Disse que agora tentaria responder pontualmente algumas questões, pede desculpas por não ter gravado o nome da primeira pessoa que fez um questionamento e responde o que segue:

“No questionamento o que tem de mais importante é sobre a represa de Salto Grande e sobre a poluição difusa. Toda a drenagem do nosso empreendimento está sendo desenvolvida para que cada saída tenha uma bacia de contenção de cheia, uma bacia de contenção e de infiltração parcial da água pluvial, e que vai reter também a poluição difusa do empreendimento”. Como foi dito aqui também a estação elevatória de esgoto, além de um gerador que é pedido, solicitado para que seja implantado para que se resolva o problema de bombeamento quando falte energia, nós estamos fazendo uma proteção dupla. Vai ter uma caixa que a gente chama tecnicamente tanque-pulmão, onde há o tempo para que se tomem as providências necessárias para resolver o problema antes que o esgoto possa ir pra lagoa.

Explicou também que há um plano de educação para ser aplicado a todos os moradores

“Além disso, está planejado para que se desenvolva uma sociedade onde se aplique todos os estudos que nós estamos fazendo, tudo que nós estamos planejando e educando — a população, os

Página 14 de 17



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

moradores — seja aplicado”. “E é essa sociedade que vai agir de maneira até mais rápida para providenciar que o órgão competente faça e tome as providências o mais rápido possível, resolvendo todo tipo de problema”. “Ela vai estar forte, atuante, para que os órgãos, ou a CPFL, ou DAEE, ou a própria Prefeitura tome a providência necessária quando houver um problema”. “Então, de uma maneira geral, o mais importante, realmente do nosso produto, é que a gente tenha uma atuação educacional nisso”.

“Com relação à contrapartida o que está me chamando atenção aqui, o que foi pedido pelo DAEE, é que o problema de transporte de adutora, é que fosse construída/implantada ao longo da Rua Maranhão. Então foi alterado o caminho mais curto para o fornecimento de água do empreendimento, e nós estamos projetando, a pedido do DAEE — conforme solicitado na diretriz — uma adutora de 300 (trezentos) milímetros, complementando a rede existente para distribuição de água, fornecimento de água”.

“E com relação ao esgoto, existem elevatórias de esgoto no bairro em vários pontos, e para que isso seja unificado em um ponto só, foi solicitada uma vazão complementar de 25 (vinte e cinco) litros por segundo, dobrando, ou melhor, mais que dobrando a necessidade do empreendimento, para que se possa otimizar o sistema municipal, o DAEE, para encaminhamento do esgoto até a estação de tratamento”.

“Além disso, o que foi bastante reforçado pelo segundo senhor que falou, senhor Geraldo Pio, nosso objetivo é fazer a interligação e o prolongamento da Avenida José Cordenonsi. É nosso objetivo também, naquele ponto onde tem o ferro-velho, aumentar aquela rotatória e interligar todo o empreendimento ao bairro vizinho. Isso não depende só de nós. São atitudes que estão sendo tomadas fora da área do empreendimento e que nós precisamos da atuação da Prefeitura para nos ajudar e estamos sentindo que isso vai acontecer.

“Mais alguma contrapartida? Bom, a contrapartida mais importante que a gente também enxerga quanto à implantação do empreendimento é a implantação organizada de um empreendimento de urbanização, trazendo emprego para população local... E a gente se preocupa com emprego, nossa ciclovias vai se interligar ao bairro, as pessoas poderão ir trabalhar lá de bicicleta. O Gustavo apresentou a quantidade de emprego que vai ser gerado para isso”.

“Uma coisa que foi bastante importante e legal foram as sugestões aqui proposta que vamos analisar; parte delas são óbvias: coleta seletiva não só na obra, a ideia é realmente que a coleta seletiva seja implantada depois de que o loteamento esteja oficializado. Nós, provavelmente, estaremos participando desta associação para fazer com que isso se implante. E onde eu moro hoje isso acontece”.

“Permeabilidade de 25% (vinte e cinco por cento) também já existe em lei e a gente com certeza vai aumentar a obrigatoriedade desta permeabilidade. Campanhas, será feitas também com a sociedade”.

Cecília Martins Pinto: Ok.

José Alt Junior: *“Foi o que eu me lembrei, assim com tantas perguntas... Mas elas continuam, elas foram registradas e vão ser analisadas dentro do processo todo. E mais uma vez, desculpa, mas... Uma audiência pública não é o nosso dia-a-dia. Mas o mais importante de tudo isso é que estará tudo registrado e tudo será analisado e respondido ao longo do processo de aprovação. O que nós queremos aqui é estar com vocês, produzir um empreendimento que melhore a qualidade ambiental de toda a região. E vocês não vão se arrepender”.*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Cecília Martins Pinto agradece ao Sr. José Alt Júnior e passa a palavra ao representante da equipe de consultoria, **Engenheiro Gustavo Soares Junqueira**, da Arbórea Ambiental para as respostas que lhe cabem.

Engenheiro Gustavo Soares Junqueira: *“Bom, eu acho que o Alt acabou abordando quase a totalidade dos questionamentos que foram feitos. Eu gostaria de apenas fazer alguns comentários com relação à coleta seletiva no empreendimento. Este já é um item do EIA-RIMA, é um programa de gestão dos resíduos sólidos da operação do empreendimento. Então existe o programa e será executado juntamente com a associação dos moradores”.*

“Um ponto interessante que foi abordado com relação à qualidade de água da represa Salto Grande: a gente tem ciência deste problema e para a implantação do empreendimento nós tivemos o cuidado de propor uma infraestrutura de afastamento de captação e rede de esgotamento sanitário com a estação elevatória — uma estação com o dobro da capacidade que a gente precisa — possibilitando que em algum momento a Prefeitura, em algum momento o DAEE, desative duas das elevatórias que já existem, caminhando então para uma só. Essa que está aqui, esta...(mostra a foto) Elevatória, com uma capacidade maior, e provida de gerador, e provida de pulmão, de tanque-pulmão, uma elevatória mais segura; e representa uma defesa a esse manancial”.

“Além disso, a preocupação tanto no programa de controle de erosão e assoreamento como no próprio projeto urbanístico que prevê além das APPs, uma grande faixa de áreas verdes ao longo das APPs; e além disso também os tanques de retenção de água difusa, capacitados para retenção de poluição difusa, são todos elementos que ajudarão a melhorar a qualidade de água, principalmente aquelas que virão do empreendimento”.

“A gente entende também que, com a consolidação de um empreendimento com essa qualidade de infraestrutura urbana vai, de alguma forma, conscientizar toda a população do entorno do que elas podem conseguir de melhorias junto ao poder público; sendo então um exemplo de melhorias que poderão ser aplicadas futuramente para restante do bairro”.

“Com relação à ETE, é de responsabilidade do DAE. Se ela não está num tratamento adequado, isso também precisa ser cobrado pelos cidadãos. A própria população que vai morar lá também vai gostar de ter seu esgoto tratado de uma maneira adequada na ETE e, enfim, que se estabeleçam, no mínimo, os índices regulamentados pela legislação. Mas isso é uma responsabilidade do DAE e ele tem se manifestado no tocante ao recebimento e tratamento deste esgoto. É uma ETE modular, e ela pode abrir mais um módulo e receber até o dobro do esgoto que já está recebendo. Então, não é que ela está no limite, ela está no limite para iniciar um novo módulo, como já está previsto”.

“Enfim, eu gostaria de agradecer também ao representante da gruta “Amigos da gruta” - algumas sugestões foram feitas, acho que estas sugestões podem ser analisadas e poderão ser analisadas na sequência do licenciamento ambiental. Acho que é sempre importante receber estas contribuições e enfim serão respondidas e avaliadas na sequência do processo”.

Enfim, caso alguma coisa não tenha sido respondida aqui, e que vocês gostariam que fosse tratado no processo de licenciamento, pode ser encaminhado para CETESB; temos cinco dias úteis para receber este material e isso vai ser seguramente passado para que nós possamos responder e que possamos nos manifestar no próprio processo de licenciamento. Bom, é isso. Eu gostaria de agradecer a presença de todos”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Cecília Martins Pinto agradece ao Gustavo Junqueira e passa a palavra para a geógrafa Viviane Kondratiuk, Gerente de Setor de Avaliação de Empreendimentos Urbanísticos e de Lazer da CETESB, representando a CETESB nesta audiência pública para sua intervenção.

Viviane Kondratiuk cumprimenta a todos e diz que após a realização da audiência pública a equipe técnica da CETESB analisará o projeto, verificará se o mesmo está atendendo à legislação ambiental e de zoneamento. Esclareceu que todas as questões levantadas aqui serão analisadas pela equipe técnica. E que assim que tudo estiver concluído e correto será emitida a Licença Prévia para o empreendimento, onde serão definidas as condicionantes para as próximas etapas do licenciamento.

Cecília Martins Pinto agradeceu a Viviane e conclui que assim foram cumpridas todas as normas da **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011**, que dispõe sobre as regras de solicitação, convocação e realização de audiências públicas e em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, **Patrícia Iglecias**, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Dirce Rosa do Amaral**, lavrei e assino a presente ata.